

**13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda
Básica – BIEN 2010**

Renda Básica como Instrumento de Justiça e Paz

30 de Junho a 2 de Julho de 2010

FEA – USP – São Paulo, Brasil

**OS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E TERRITÓRIOS
DE IDENTIDADE E A PRODUÇÃO DE REDES DE
SOCIABILIDADE**

Celso Antonio Favero

INTRODUÇÃO

“No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade” (Kant, Immanuel. Fundamentos da metafísica dos costumes e outros escritos. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 65).

Pode-se imaginar que Kant – ao identificar o ser humano como valor absoluto, fim em si mesmo porque dotado de razão - nem suspeitasse que um dia a dignidade humana fosse transformada no equivalente de um preço. Hegel, algumas décadas mais tarde, após distinguir o ser biológico do ser social, concebe a dignidade humana como um valor histórica e socialmente reconhecido ou como o Espírito resultado da tensão entre natureza e idéia (Hartman, 2001: 23). A dignidade deixa, assim, com Hegel, o campo das categorias *a priori* e ingressa na história, tornando-se relativa; mas, ainda, ela participa de uma história que o filósofo supõe universal, a história da razão. Foi Marx que situou o problema da dignidade humana no âmbito das relações capitalistas de produção, onde ela se torna um equivalente de um preço: a burguesia “fez da dignidade pessoal um simples valor de troca” (Marx e Engels, 1982: 109). Para Marx, o reconhecimento do homem é produzido no mundo do trabalho; a essência universal do homem não provém de uma universalidade abstrata, mas de relações concretas entre indivíduos que necessitam uns dos outros; no capitalismo, com a propriedade privada dos meios de produção, produz-se uma relação de estranhamento entre o homem e a natureza, o homem e a sua obra, o homem com outro homem e do homem consigo mesmo; e se é assim, dado que até a linguagem é comprometida por uma lógica que rege o estranhamento entre os homens¹, a dignidade que carece de reconhecimento torna-se também ela portadora desse estranhamento.

É, portanto, no campo dos vínculos sociais que, numa economia governada pela lógica da propriedade privada, o estranhamento se torna visível. Ele assume o domínio com o deslocamento que se opera da lógica pautada por relações de reciprocidade para a das relações de troca, do dinheiro, onde elas reaparecem como relações reificadas². Em

¹. “A única linguagem compreensível que falamos uns com os outros é a dos objetos em seu mútuo relacionamento. Uma linguagem humana nos resultaria incompreensível e ineficaz: um a usaria como um pedido, como uma súplica e por isso como humilhação e assim seria apresentada com vergonha e com a sensação de aviltamento; o outro a ouviria tomando-a por um atrevimento, e a descartaria como um desvario. A tal ponto estamos mutuamente estranhados da essência humana que a linguagem imediata desta essência nos parece uma ofensa contra a dignidade humana, enquanto a linguagem estranhada dos valores coisificados nos surge como a realização adequada da dignidade humana em sua autoconfiança e auto-reconhecimento” (Marx, 1980: 153-154).

². “La dependencia mutua y generalizada de los individuos recíprocamente indiferentes constituye su nexos social. Este nexos social se expresa en el valor de cambio, y solo en este la actividad propia o el producto se transforma para cada individuo en una actividad o en un producto para el mismo. [...]. Su poder social, así como su nexos con la sociedad, lo lleva consigo en el bolsillo. [...]. En realidad, esta es una situación muy distinta de aquella en la cual el individuo, o el individuo natural o históricamente ampliado en la familia o en la tribu (y luego en la comunidad), se reproduce sobre bases directamente naturales, o en las que su actividad productiva y su participación en la producción está orientada hacia

termos históricos, esse deslocamento que se produz tanto no plano das práticas quanto no das lógicas que regem a vida, não se traduz como simples ruptura, mas como continuidade/descontinuidade nos âmbitos das ações humanas produtivas, dos objetos e das representações (Lefebvre, 2008), ou como estranhamento que incide, na sua essência, nas próprias estruturas de tempo e espaço. É assim que, por exemplo, Milton Santos (1999), retomando Marx, concebe a produção moderna e capitalista dos territórios (conjugação de tempos e espaços) a partir da sua tensão com o dinheiro. O dinheiro, a reificação do mundo baseado em relações de troca, assume cada vez mais o caráter de regulador e produtor da vida social e, assim, do território e da vida do território (e da própria dignidade humana). O reconhecimento social, a dignidade humana e a vida humana são, assim, subordinados à lógica trocadora ou do dinheiro.

Neste trabalho, retomando resultados de investigações empíricas³, pretende-se analisar as transformações atualmente produzidas pelo desenvolvimento de políticas públicas na agricultura familiar do semi-árido do Nordeste e, mais especificamente, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ)⁴, na Bahia. Em termos metodológicos, situa-se o problema no âmbito das tensões que emergem das relações entre as ações do Estado (políticas públicas), do capital (empreendimentos econômicos) e dos agricultores familiares (apropriação e uso do dinheiro das transferências públicas) na produção do território. Para isso, o debate é organizado a partir de três argumentos: 1) que a chave para o conhecimento de processos de desmanche e produção de territórios (envolvendo as redes de sociabilidades) se encontra no estudo dos modos como são estruturados os sistemas de produção/apropriação de riquezas; 2) que, como sustentam Acselrad (2006) e Harvey (2001), uma das alterações fundamentais atualmente introduzidas nos modos de produção/apropriação de riquezas e, assim, nos sistemas de sociabilidade, se refere aos novos modos de organização dos espaços de produção/circulação de riquezas; 3) que as atuais políticas públicas, principalmente as redistributivas e de desenvolvimento territorial, assumem papel fundamental nesse processo que produz, no seu termo, desmanche/produção de territórios.

una determinada forma de trabajo y de producto, y su relación con los otros está determinada precisamente de ese modo” (MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – Grundrisse - 1857-1858. 14ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986. P. 84).

³ O investigação foi feita pelo “Grupo de Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências”, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O projeto básico tinha como finalidade entender os modos de enfrentamento da insegurança alimentar pelos agricultores familiares do território, “beneficiários” do Programa Bolsa Família (PBF).

⁴ O Território de Identidade Bacia do Jacuípe, localizado no semi-árido da Bahia, tem 10.954 Km² e 220.000 habitantes (em torno de 20 habitantes por Km²). Em 2000, nas cidades sedes dos seus 14 municípios, a população variava entre 2.203 (Gavião) e 23.320 (Ipirá) habitantes, o que caracteriza a região como essencialmente rural. Exceto em Pintadas, os índices de evasão de habitantes são significativos: entre 1995 e 2006, por exemplo, o território perdeu 33,23% dos seus habitantes, e o município de Riachão do Jacuípe perdeu 78%. Em 2000, mais de 58% da população do território residia no que oficialmente se chama o “meio rural” e, em alguns municípios, como em Baixa Grande, essa população rural ultrapassava os 65%. Dessa população rural, mais de noventa por cento (90%) são considerados agricultores familiares.

Em termos mais específicos, já ingressando no TIBJ, argumenta-se: 1) que, do ponto de vista da agricultura familiar, o equilíbrio social e político no Território se sustenta cada vez mais na tensão entre três tipos de economia (Sabourin, 2009): uma economia monetarizada (da troca), uma economia não monetarizada, baseada na produção da subsistência, e uma economia pública, baseada em transferências públicas (tanto as transferências constitucionais ou municipais quanto as transferências diretas)⁵; 2) que o dinheiro oriundo das transferências vem assumindo um papel determinante na produção do território (dos trajetos e dos nexos sociais), produzindo novas continuidades e descontinuidades nas relações entre vínculos de reciprocidade e vínculos formais; 3) que esses processos de produção de novas bases de sociabilidade (e de territorialidade) ganham densidade quando se observa as bases que sustentam as rotinas da vida cotidiana; ou quando se observa as relações entre as ações sociais, os objetos que estruturam essas ações e as suas representações. É sobre essa continuidade descontínua que estrutura a vida vivida no dia a dia da gente simples do semi-árido que se quer discutir neste trabalho.

O atual debate sobre produção de territórios, reterritorialização, desterritorialização e, em decorrência, sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, remete, todo ele, primeiro, a uma constatação aparentemente simples do surgimento de um fosso entre as nossas representações sobre os territórios, a produção de territórios e a própria ação social enquanto ação produtora de territórios; segundo, de que, nesse âmbito, há hoje mais dúvidas do que certezas. Ainda em 1997, Boaventura de Sousa Santos⁶ dizia que, sociologicamente, naquele momento, o contexto sócio-temporal era marcado pela perplexidade. Para o autor, uma das perplexidades que então emergia era a da “intensificação da interdependência transnacional e das interações globais”, tornando as relações sociais “cada vez mais desterritorializadas”, rompendo com os “costumes, o nacionalismo, a língua, a ideologia...”; e ele perguntava: “será que a dialética territorialização/desterritorialização faz esquecer as velhas opressões? E será que a velha opressão de classe – de que a sociologia internacional corre risco de se esquecer prematuramente -, porque transnacionalizável, faz esquecer, ela própria, a presença ou até o agravamento de velhas e novas opressões locais, de origem sexual, racial ou étnica?” (Santos, 1997: 22). Parece que, pelo menos nesse tema, a situação não mudou muito, e o risco de “criar conceitos e teorias fora do lugar” ainda continua. É exatamente sobre essa continuidade-descontinuidade histórica que se pretendo refletir neste trabalho, olhando para a agricultura familiar do semi-árido nordestino.

As noções de trajeto, deslocamento (“desencaixe”) e escala (governança e empreendedorismo) são básicos na organização dessas idéias. Primeiro, entende-se que o ser humano é um ser situado num espaço-tempo que tem as suas fronteiras

⁵ Isso significa dizer, também, que a economia baseada na produção monetarizada de riquezas tem caráter nitidamente marginal ou complementar no território.

⁶ Pela mão de Alice. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

demarcadas pelas suas “trajetórias”, ou cujas fronteiras “têm de se acomodar sob as pressões e as oportunidades que decorrem de sua existência comum no espaço e tempo terrestre” (Giddens, 2003: 143). As trajetórias se expressam, assim, pelo movimento dos agentes “entre objetos cujas propriedades interagem com suas capacidades (...), ao mesmo tempo em que aqueles interagem uns com os outros [...]”. As interações de indivíduos movendo-se no tempo-espaço compõem ‘feixes’ [...] que se reúnem em ‘estações’ ou localizações espaço-temporais definidas, dentro de regiões circunscritas” (Ibid. 132). Os trajetos definem, em linhas gerais, os contornos freqüentemente fluidos dos territórios individuais e sociais. Até onde os indivíduos e grupos sociais se deslocam, onde eles se detêm com mais freqüência, por quanto tempo, por onde eles circulam mais freqüentemente? Que jogos de poder perpassam os movimentos de produção de territórios? Entende-se que esses movimentos e os pontos de parada dimensionam, em grande medida, os sistemas de sociabilidades.

Entende-se, em segundo lugar, que esses movimentos no tempo-espaço se traduzem, freqüentemente, como deslocamentos ou rompimentos de rotinas, “desencaixes”. Giddens distingue dois tipos de mecanismos de desencaixe “intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas”: 1) As “fichas simbólicas” ou os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política” (Giddens, 1991: 25). Dentre as fichas simbólicas, o dinheiro seria, segundo Giddens, a mais poderosa, já que “possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (Ibid, 27) e, também, na medida em que reifica ou “dessocializa” as relações sociais. 2) Os “sistemas de peritos”, os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” e que se impõem, em grande medida, por meio de crenças que alicerçam vidas: a crença de que o que é dito pelos peritos é verdadeiro. Ou seja, os “sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto” (Ibid, 31).

Finalmente, entende-se que a atual reestruturação da geografia da produção, da circulação e da acumulação de capitais vem alterando “as configurações espaciais e as escalas” territoriais e sociais, incluindo as escalas das políticas públicas, “inaugurando novas e contraditórias formas de produção de espaço e de apropriação do meio ambiente” (Acselrad, 2006: 14). Para o autor, com as transformações nos paradigmas produtivos e nos cenários sócio-políticos em escala internacional, os Estados nacionais deixaram de ser representados como fronteiras defensivas e se transformaram em plataformas ofensivas para a economia mundial. No entanto, como sublinha Acselrad, esses ajustes não foram operados unicamente pelo capital e seus agentes; os Estados nacionais foram, também eles, agentes decisivos nesses processos, na medida em que

tiveram que optar entre os distintos modos pelos quais podiam ser definidas as coalizões internas e externas de poder. Contribuem para isso, também, os movimentos produzidos nas sociedades, que tensionam e, mesmo, modificam estruturas.

No Brasil esse processo de reestruturação das escalas territoriais teve início nos anos 1990, quando uma nova ortodoxia econômica incorporou um conjunto de inovações discursivas articuladas em torno das noções de “governança” (Acselrad, 2006) e de “empreendedorismo” (Harvey, 2001). Com isso, primeiro, “boa governança” e “empreendedorismo” tornaram-se parte integrante dos discursos e das políticas que passaram a ter como finalidade criar as condições para a emergência de uma nova ordem mundial; segundo, em nome do “empreendedorismo” e da “boa governança” despolitizou-se inúmeras “funções governativas” que foram substituídas por “mecanismos de decisão e coordenação situados fora dos controles democráticos” (Acselrad, 2006: 21), produzindo o que Rancière chama a ‘pós-democracia consensual’, que envolve a desintegração de “antigos” atores sociais e a sua transformação em ‘parceiros’; terceiro, “para preencher o vazio político deixado pelo ‘quase-nada’ a ser governado pela legitimidade democrática”, definiu-se a “cidadania local e os laços comunitários como instrumentos de auto-compreensão unitária da sociedade”, que passa a ser imaginada, por um lado, como uma sociedade plural (fragmentada) e, por outro, “como um tecido social sem fissuras” (Ibid., 25); quarto, em nome do “empreendedorismo” (que funda a cidade empresa e o território empresa) e da “boa governança”, foram subordinadas a saúde das populações à saúde dos bancos e a sustentabilidade do meio ambiente à sustentabilidade dos fluxos financeiros especulativos; quinto, nessa “pós-democracia consensual” sem opressores e oprimidos, mas de parceiros (das parcerias público-privadas mencionadas por Harvey), a dignidade humana, assim como as novas sociabilidades, as políticas e os territórios do capital, do Estado (e, conseqüentemente, das políticas públicas) e sociais passaram a ser estruturados e reconhecidas com base em escalas.

Esse é, enfim, o chão, o campo, no qual, neste trabalho, pretende-se examinar os modos como as políticas de desenvolvimento territorial e as políticas redistributivas contribuem para o desmanche e a produção de sistemas de sociabilidade. Para isso, o trabalho foi organizado em três momentos: no primeiro, são apresentadas as linhas gerais do entendimento que se tem desses processos tomando como contexto mais geral o Semi-árido do Nordeste; no segundo, retomando as informações levantadas nas pesquisas, concentramos a atenção nas tensões entre as três economias produtoras de território; no terceiro, são observadas as dinâmicas produzidas pelas famílias de agricultores familiares no TIBJ, a partir da apropriação e uso do dinheiro de transferências públicas (economia pública), principalmente o Programa Bolsa Família.

AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES NO SEMI-ARIDO DO NORDESTE

“No Brasil, durante bem mais de meio século, o município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela, enraizados na desigualdade da propriedade e das oportunidades econômicas. Pensadores políticos influentes deram forma a esse consenso sobre a natureza da política local” (Almeida, Maria Hermínia Tavares de e Carneiro, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. In. Opinião Pública, Vol. 9, n. 1, Campinas, maio de 2003).

Enquanto alguns estudiosos definem o semi-árido brasileiro ressaltando as suas características “naturais”, tais como a semi-aridez e os baixos índices de pluviosidade, outros, após considerar essas características como “naturais”, ressaltam, de uma só vez, o que seria a pobreza e a indolência de sua gente. Em ambos os casos, a região emerge como um espaço homogêneo e o *lócus* de uma elite que se constitui como um “poder local” com capacidade de, ao mesmo tempo, exercer localmente o seu domínio e legitimá-lo politicamente nas esferas do estado e da Federação. O semi-árido se apoiaria, assim, num sistema funcionalmente integrado, combinando as características “naturais” do espaço, a indolência dos pobres que ali residem e o domínio legitimado das elites locais, contribuindo, inclusive, para solapar as possibilidades de sua “modernização”.

Essa visão ideologicamente estereotipada – que resulta de um longo processo histórico iniciado ainda no Brasil Império, e que ganhou densidade e força na segunda metade do século XX - produz e impõe, por um lado, a imagem do semi-árido como “região problema”, cuja solução estaria nas mãos do Estado e/ou do capital, considerados os portadores da modernidade, do bem contra o mal, da racionalidade contra a irracionalidade; ela produz e impõe, por outro lado, como desdobramento desse olhar estigmatizador e maniqueísta, a “necessidade” da produção de uma consciência social e política “empreendedora”, que se materializaria na implantação de projetos de desenvolvimento com caráter “quase” missionário e salvador, calcados na idéia de “capacitação”.

Em 1967, em documento que se tornaria clássico para o estudo do semi-árido do Nordeste do Brasil, Celso Furtado⁷ definia a economia da região como um complexo que envolvia pecuária bovina extensiva e agricultura de baixa produtividade, ambas combinando elementos monetários com elementos não monetários. O artigo demarcava um novo momento na história da expansão do capital e da intervenção do Estado na região, que começara, por um lado, com a criação da SUDENE e do Banco do Nordeste, carregados de um vasto arsenal de planos, programas e políticas, e, por outro, com a crescente modernização (conservadora) de sistemas e de relações de produção. Desde então, os incentivos e os subsídios do Estado, quase sempre através

⁷ FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. 2ª Ed. Recife: SUDENE, 1967

da SUDENE e do Banco do Nordeste, foram fundamentais para a produção e a transformação da região, ou para a sua reconfiguração no cenário brasileiro. Pautado por uma visão desenvolvimentista, o Estado propunha-se como tarefas diminuir a pobreza da região e “criar novas formas de acumulação de capital”, mas sem abandonar as antigas: a estratégia que se propugnava para a agricultura era a “transformação localizada de ‘unidades camponesas’ em ‘agricultura capitalista’, sem afetar a estrutura arcaica circundante” (Favero et al.,2000: 32).

Esse processo desencadeado então no semi-árido do Nordeste fazia parte de um movimento de caráter nacional: o movimento da “modernização” e da expansão das bases de acumulação do capital e da urbanização e, ao mesmo tempo, de reorganização territorial do capital. Mas, apesar de ser um movimento de caráter nacional com a finalidade de produzir a coesão social como coesão nacional, ele tinha feições distintas nas escalas regionais e locais, produzindo alterações significativas na configuração interna das antigas e das novas regiões e, principalmente, nas relações entre essas regiões. Assim, por exemplo, a partir da década de 1970, na seqüência de grandes obras de infra-estrutura (transporte, comunicação, energia), e induzidos por grandes programas “de desenvolvimento”, foram produzidas mudanças significativas no interior de regiões, na configuração das regiões e no âmbito das articulações entre as regiões: surgem novos centros urbanos, novas regiões econômicas (como o Centro-Oeste e o Cerrado), são tornadas periféricas antigas cidades e regiões, são produzidos novos trajetos para a circulação de capitais e pessoas (colonização, novas fronteiras, mineração...), reorganizando, assim, o próprio mapa do Brasil. A estrutura anterior da regionalização foi abalada em nome de um projeto que propunha obter a integração nacional nos termos da coesão nacional. Mas, por trás desse discurso da integração nacional, as assimetrias entre as regiões se aprofundaram e no mapa brasileiro emergiram novas heterogeneidades. Regiões, tais como o semi-árido do Nordeste, passaram a desempenhar papéis, entre outros, como o de celeiro de mão-de-obra.

No final dos anos 1980, com o aprofundamento da crise econômica em escala mundial, enquanto o capital elaborava teses baseadas nas idéias de flexibilidade e de reajustamento estrutural (globalização), o Estado assimilava a idéia de “desenvolvimento sustentável”, que repercutiria na reformulação das suas estratégias e na estruturação das escalas da distribuição da sua presença nos diversos territórios nacionais. A busca do desenvolvimento nacional configurado em termos de coesão nacional é substituída pela idéia de desenvolvimento local. Com esse deslocamento, passa-se a mirar, não mais a unidade, mas a diversidade, produzindo o que muitos chamam a fragmentação dos espaços, contribuindo para a emergência dos territórios e das assimetrias entre eles, assentadas não mais em critérios de desigualdade, mas de diferença. É ressaltada a distinção entre territórios empreendedores (bem sucedidos, vencedores) e territórios perdedores (Harvey, 2001). Na Bahia, um dos estudos pioneiros utilizando

essas noções foi realizado por Tandler⁸ (Favero et al. 2000: 27). Esse novo contexto permitirá que, por exemplo, do ponto de vista das políticas públicas, a incoerência seja assimilada como característica central e positiva do novo Estado (Jobert, 2004: 44). É no avanço dessas perspectivas, portanto, que toma vulto o debate brasileiro estruturado em torno de idéias como a da abordagem territorial do desenvolvimento.

Mais recentemente, alguns autores introduziram no debate um novo tipo de abordagem sobre “a produção capitalista do espaço” (Harvey, 2001). Primeiro, para Harvey, o processo de acumulação de capital é eminentemente geográfico. Ou seja, com o deslocamento do centro dinâmico do capital do âmbito da produção para o do consumo (de modo que se passa a entender que é o consumo – que seria o espaço da universalidade do mercado - que alavanca a produção, e não o contrário)⁹, e com a concentração da produção em determinados territórios (empreendedores), estaria se desenvolvendo um novo modo de produção de territórios. Ou, como diz outro autor, hoje, na perspectiva do capital, “o território não é apenas um fator de crescimento (*de riquezas*); é também um suporte de populações, uma comunidade humana para a qual o desenvolvimento não se expressa em termos de ‘produtividade dos fatores’ ou de ‘custos de transações’, mas apenas em termos de renda dos domicílios, de emprego, de desemprego e de pobreza [...]. Mais que o impulso da competitividade, é o da atratividade que aparece hoje como mais significativo para a saúde dos nossos territórios” (Davezies, 2008: 88). O equilíbrio geográfico do sistema capitalista mundial assenta cada vez mais na combinação entre territórios de competitividade (produção de riquezas) e territórios de atratividade (apropriação de renda). A existência desses últimos estaria vinculada à sua capacidade de captação de renda por meio de aposentadorias, do pagamento de agentes públicos e de prestações sociais, sem o estabelecimento de vínculo com a eficiência produtiva do território.

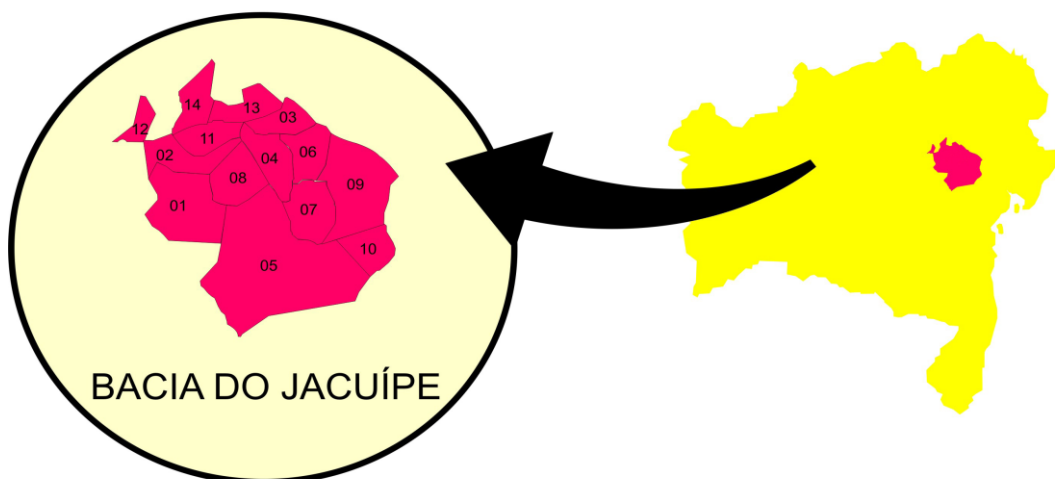
Mas, se este parâmetro proposto por Davezies é adequado para interpelar as novas dinâmicas de produção de territórios em regiões que, no passado, fizeram consideráveis avanços na produção da coesão social pautada na idéia de pleno emprego, provavelmente, ele não será adequado para se pensar nas dinâmicas brasileiras na produção de territórios. Para o semi-árido brasileiro, a reterritorialização do capital (que é, ao mesmo tempo, a reterritorialização político-administrativa do Estado e, ainda, a reterritorialização social) não seria, assim, uma estratégia com a finalidade de substituir um sistema pautado pela coesão social por um sistema flexível, mas uma resposta aos problemas produzidos pela luta ou pela pressão dos movimentos sociais amparados dos avanços dos debates sobre a democracia: “a busca do ajuste espacial gera novas formas de luta de classes” (Harvey, 2001: 121), novas

⁸ **TENDLER**, J. New lessons from old projects: the workings of rural development in Northeast Brazil. Washington: D.C: The World Bank, 1993.

⁹ Uma concepção que, do mesmo modo, perde de vista a totalidade do modo capitalista de produção.

formas de legitimação e, conseqüentemente, o próprio reposicionamento do Estado como o fator de um novo equilíbrio geopolítico.

BAHIA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS
BACIA DO JACUÍPE	1- Baixa Grande, 2- Mairi, 3- Gavião, 4- Capela do Alto Alegre, 5- Ipirá, 6- Nova Fátima, 7- Pé de Serra, 8- Pintadas, 9- Riachão do Jacuípe, 10- Serra Preta, 11- Várzea da Roça, 12- Várzea do Poço, 13- S. José do Jacuípe, 14- Quixabeira.

Fonte: http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_baciadojacuipe.pdf

Em estudo realizado por Edgard Porto a respeito do desenvolvimento territorial da Bahia, o autor diz que, atualmente, “a rede urbana principal da Bahia é composta de cerca de 28 cidades que concentram mais de 80% dos fluxos econômicos e sociais do Estado e que, por isso mesmo, representam a estrutura urbana intermediária que assume a liderança e dá suporte sociocultural e econômico aos territórios que concentram as principais manchas de produção do Estado da Bahia (...). Os municípios dessas cidades-sede representam quase 50% da população estadual, são responsáveis por quase 100% das matrículas nos cursos universitários, concentram cerca de 84% dos médicos, 70% dos dentistas, abrigam todas as emissoras de televisão e 70% das rádios licenciadas da Bahia...” (Porto, 2003: 16). É nessa conjuntura historicamente produzida que o Estado, o capital e os agentes sociais pautam as suas ações.

O TIBJ demarca, hoje, um desses estados considerados seminiais, onde são evidentes os transtornos nas rotinas sociais ou onde as continuidades/deslocamentos na vida cotidiana perturbam uma antiga ordem. Duas razões permitem essa afirmação. Primeiro, nessa região, o TIBJ é um desses espaços marcados pela presença de índices

relativamente significativos de pobreza¹⁰ e, ao mesmo tempo, onde se detecta um crescimento rápido do ingresso de dinheiro. Segundo, nos âmbitos da vida cotidiana do território, nessa última década, vem se tornando cada vez mais visível o encontro/desencontro entre os três tipos de economia a que se refere Sabourin (2009) e entre dois sistemas de sociabilidade, um pautado por relações de reciprocidade, outro por relações formais ou institucionalizadas, com as suas diversas faces.

Em estudo sobre a agricultura familiar brasileira, Sabourin retoma a distinção feita por Eme e Laville entre “a economia mercantil capitalista (a troca), a economia pública (associada à redistribuição do Estado) e a economia gratuita, não mercantil, ou não monetária, assimilada ao princípio da reciprocidade” (Sabourin, 2009: 258). Em seguida, o autor retoma o fio da discussão elaborada por Odile Castel que distingue os motivos que estruturam cada um desses três tipos de economia: “o enriquecimento pessoal, por meio da maximização do lucro, motivo das atividades de troca capitalista; o compartilhamento, por meio da redistribuição praticada pelo Estado (serviços e auxílios públicos) ou por meio das atividades de proteção a bens e pessoas (seguros das associações e sociedades mutualistas); e a solidariedade econômica, realizada pela reciprocidade, motivo que fundamenta não só as atividades de ajuda mútua, como também as cooperativas e associações” (Sabourin, 2009: 259). Finalmente, o autor situa em perspectiva histórica a tensão entre esses três regimes de economia para mostrar como, nos diversos territórios do semi-árido brasileiro, por exemplo, são produzidas distintas trajetórias. Como situar, nesse quadro, o TIBJ? Essa é a questão que nos guiará no próximo capítulo deste trabalho. Retomando as informações levantadas nas pesquisas, concentramos a atenção nas dinâmicas econômicas e sociais que contribuem para a estruturação da vida no território.

A POLÍTICA, AS TRES ECONOMIAS E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência [...]. Ele tem que ser entendido como o território usado [...], como o chão mais a identidade [...]. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In. Geografia. Ano I - Nº. 1 - Jan. - Jun. 1999. P. 8-9).

1. Produção de territórios e políticas de territórios

¹⁰ A noção de pobreza, aqui, é portadora daquele sentido largo atribuído por Jesse Souza (2006), e que se traduz não apenas em termos de desigualdade econômica, mas, principalmente, de desclassificação existencial, política e moral. Mais que visível, nesse sentido, a pobreza é um fenômeno marcado pela invisibilidade dos indivíduos, dos grupos sociais e dos territórios; mais que periférico, o pobre é, assim, também, um excluído.

Aparentemente, as políticas de territorialização e as políticas de transferência de renda constituem dois universos separados. No entanto, na medida em que se define: 1) o território em termos de trajetos (continuidades, rotinas) e deslocamentos (rupturas); 2) os territórios como resultantes das tensões entre as economias da troca (capitalista), pública e gratuita, ou como resultado da tensão entre três tipos de dinheiro; 3) a tensão entre território e dinheiro como um processo que pende, hoje, para o dinheiro (a principal “ficha simbólica” na produção de territórios); 4) o Estado como aquele que detém o controle na produção da idéia de território (“abordagem territorial do desenvolvimento”) ou do “sistema de peritos”, pode-se encontrar os vínculos que estruturam as relações entre esses dois tipos de políticas. Em outros termos, não é na sua implementação que as políticas encontram os seus fundamentos, mas na sua produção, ou enquanto elementos de uma totalidade que é o sistema capitalista. A pergunta inicial não é, portanto, como são produzidas as políticas, mas como são produzidos os territórios e, em conseqüência, como são produzidas políticas adequadas para territórios determinados.

Sem entrar nesse debate, neste trabalho convém distinguir território de espaço. Como diz Bernardo Mançano Fernandes retomando Henri Lefebvre e Milton Santos, “o espaço social é a materialização da existência humana”. Ou seja, o espaço é, essencialmente, “uma dimensão da realidade” que é, por seu turno, um produto social multidimensional: ele “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Fernandes, 2005: 273). O território, por sua vez, “é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (...). Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais” (Ibid., 2005: 274). Em termos operativos, um território é uma produção social que implica, no caso específico do semi-árido brasileiro, a relação tensa entre o Estado, o capital e as suas populações, o que o torna, por um lado, plural e, por outro, uma realidade multiescalar: há os territórios produzidos pelo Estado, pelo capital, pelos sindicatos, pelos partidos políticos e, também, pelas famílias dos agricultores e pelo conjunto desses atores. Quando se fala, portanto, do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, nos referimos a um objeto cuja produção tem no Estado o ator mais importante. Mas, ao mesmo tempo, ele constitui-se como espaço de tensão onde se debatem atores econômicos, políticos e sociais.

No caso específico dos Territórios de Identidade, a sua origem deve ser buscada em 2003, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (SDT-MDA). O programa tinha como finalidade estimular “a formação de territórios rurais, a partir de articulações intermunicipais e da constituição de colegiados territoriais, espaços de planejamento e gestão do desenvolvimento rural e a ampliação dos recursos públicos transferidos aos municípios” (Nascimento, 2008: 224). Em 2007, o governo da Bahia decidiu incorporar na suas estratégias de planejamento o recorte territorial, passando da denominação de *Territórios Rurais* para *Territórios de Identidade*¹¹. Desde então, o governo passou a prestar apoio financeiro para o funcionamento dos territórios e, inclusive, do Fórum Estadual de Territórios, remunerando articuladores e transferindo recursos para a realização de atividades de capacitação. Ou seja, com essa definição, por um lado, os Territórios tornam-se os lócus privilegiados para a produção e realização de políticas públicas; por outro, no entanto, eles são considerados o chão onde se realizam ações sociais, o que os recoloca permanentemente no processo produtivo: são objetos em produção, não algo acabado. O Território de Identidade Bacia do Jacuípe nasce nesse contexto. Mas, o que é esse território? Como ele vem sendo produzido?

2. O TIBJ - entre a economia gratuita e a economia da troca capitalista

Dados de dezembro de 2008 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) indicavam que, naquele momento, o Território detinha um dos maiores índices de pobreza do semi-árido do Nordeste (78% das famílias do território eram consideradas pobres) e um dos maiores índices de “beneficiários” do PBF (74% da população e 80% das famílias dos agricultores familiares do território eram beneficiárias do PBF)¹². A taxa de analfabetismo no território é de 32 %, a de abastecimento de água é de 35,1% e a de esgotamento sanitário urbano é de 30,6%¹³. Em 2007, de acordo com dados da SEI, o PIB do Território era de R\$ 664,25 milhões (entre 1999 e 2007, ele cresceu 263%) e o PIB *per capita* anual médio atingia R\$ 3.019,00 (R\$ 251,60 por mês).

Com relação à produção agropecuária, ainda em 2007, segundo dados do IBGE, o setor era responsável por apenas 11% do total do PIB (a indústria controlava 15%). Isso significa que apesar de ser uma região essencialmente estruturada em torno da produção agropecuária, o seu peso relativo no território é pouco significativo. É importante salientar, ainda, que naquele ano, no conjunto da produção agropecuária, a agricultura familiar participava com 93% dos estabelecimentos, 54,6% da área¹⁴ e

¹¹ Para uma primeira referencia sobre o tema, ver: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html. O termo “territórios de identidade” demarcam a variável considerada principal na definição dos espaços dos territórios.

¹² Em dezembro de 2008, havia 35.698 famílias beneficiárias; em agosto de 2009, este número havia subido para 37.985.

¹³ Ver: J. Freitas. “Deputada Neusa realiza encontro com prefeitos da Bacia do Jacuípe” (03/04 2009). In. http://www.noticiacapital.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1291:deputadaneusa-realiza-encontro-com-prefeitos-da-bacia-do-jacuipe.

¹⁴ A área média desses estabelecimentos é de 19,2 hectares e 51,5% do total dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares

66% do valor bruto. O valor médio anual bruto produzido por estabelecimento familiar era de R\$ 1.101,81 (o valor médio mensal era de R\$ 91,81)¹⁵.

Na pesquisa de campo feita em 2008 no território¹⁶, considerando os principais produtos agropecuários das 450 famílias entrevistadas, 421 (97,7%) produziam feijão, 408 (94,7%) produziam milho e 209 (48,5%) produziam mandioca. Com relação aos destinos da produção, 96,7% das famílias produtoras de feijão o produziam para o autoconsumo, o mesmo ocorrendo com 97,3% do milho e 93,8% da mandioca. A única produção direcionada majoritariamente para o comércio era a de sisal. É importante acrescentar, finalmente, que na produção de animais, a situação era idêntica: 47,2% das famílias entrevistadas produziam bovinos de leite e, dessas, 87,3% o produziam apenas para o autoconsumo. Além disso, quase toda a produção de aves era destinada para o autoconsumo.

Mas, olhando a agricultura familiar do ponto de vista da pluriatividade, percebe-se que além da produção no próprio estabelecimento, que é quase toda destinada para o autoconsumo, parcela relativamente significativa do tempo de trabalho de pelo menos um membro de cada família é ocupado fora do estabelecimento e em diversas atividades. Nesse aspecto, das 450 famílias entrevistadas, 361 afirmaram que “vendem diárias”; desse total, 31,9% dedicam mais de 180 dias no ano para o trabalho assalariado. Nesse caso, conforme depoimentos obtidos em rodas de conversas, o trabalho fora do estabelecimento envolve a conhecida venda de diárias¹⁷, o trabalho assalariado (em geral, realizado fora da região e sob aliciamento de “gatos”), o emprego público (prefeituras), o trabalho de coleta de produtos na natureza (licuri, mel silvestre...), além da produção de peças artesanais. A precariedade está presente

¹⁵ Conforme dados da SEI/SEAGRI, considerando o conjunto da produção agropecuária do território com base em séries históricas por produto, obtemos as seguintes informações: 1) considerando os principais produtos, a produção de 2008 é, aproximadamente, a mesma de 1990; 2) em 2000 houve um grande salto em termos de área plantada e de produto (no caso do feijão¹⁵, a produção foi quase seis vezes maior que a de 1995); em seguida, inicia-se uma curva declinante atingindo, em 2007, patamar próximo ao de 1990; 3) a série histórica é marcada por grandes oscilações para a maior parte dos produtos e, considerando todo o período, pela constância. Mas, finalmente, considerando o valor médio produzido por estabelecimento da agricultura familiar, sente-se a necessidade de conhecer as outras fontes de renda dessas famílias e em que proporções médias elas são combinadas.

¹⁶ Os seguintes dados revelam a precariedade da situação dessas 450 famílias entrevistadas: 48,4% eram proprietários das suas terras, 13,6% tinham apenas a sua posse e as demais famílias eram parceiras, agregadas ou comodatárias. Com relação à quantidade de terras por estabelecimento, 53,4% tinham menos de 3,5 hectares e 88,9% tinham até 8,3 hectares. Com relação ao acesso à água, apenas 13,2% das famílias estavam integradas às redes de distribuição, 59,4% tinham cisterna de bica ou tanque de cimento (água de chuvas) e 17,2% recolhiam água para o consumo da família em açudes, barreiros ou represas. Além disso, 59,8% das famílias consumiam água filtrada e 23,7% consumiam água coada.

¹⁷ Em algumas comunidades rurais, ouvimos a designação de “dia de macaco” para a venda de diárias. O termo apareceu pela primeira vez durante a pesquisa em uma comunidade quilombola; ao que parece, é um termo de uso antigo na região e portador de caráter discriminatório e racista. Mas, com a “chegada” do Bolsa Família, que permite a barganha por parte do trabalhador, já que lhe dá uma folga maior em termos de renda, o preço da diária pode ser reajustado de R\$ 10,00 para R\$ 15,00.

na produção no âmbito dos seus próprios estabelecimentos (tecnologias, apoio técnico¹⁸, financiamento¹⁹, dependência dos ciclos naturais e das suas variações), no trabalho assalariado (preços, tipos de vínculos, condições de realização dos trabalhos) e, também, nos trabalhos de coleta²⁰. Em síntese, considerando as 450 famílias entrevistadas,

Se a riqueza produzida no território é relativamente pouco representativa e não apresentou grandes variações nas últimas décadas, principalmente se considerarmos o valor bruto da produção agropecuária, o mesmo não ocorreu com relação ao IDH, que vem sofrendo mudanças significativas. Como entender isso? Por um lado, segundo resultados de estudos sobre a distribuição espacial da pobreza na Bahia sugerem que, nas últimas décadas, ela tende a se concentrar em áreas metropolitanas (SEI, 2008); por outro, de acordo com resultados de outros estudos, a dinâmica do crescimento econômico na Bahia tende a deslocar-se da dinâmica de desenvolvimento social (SPE/SEPLANTEC, 2001). Em outros termos, retomando a tipologia adotada por Sabourin (2009), estaria ocorrendo em determinadas regiões da Bahia um deslocamento da economia da troca para a economia pública. Com base nesses resultados, alguns autores²¹ propõem duas hipóteses: 1) que os resultados do crescimento econômico de regiões caracterizadas como de crescimento mais vigoroso é, em parte, capturado por regiões de menor crescimento; 2) que as políticas redistributivas do Estado exercem uma função extremamente importante na obtenção de um novo equilíbrio, contribuindo para a aceleração do desenvolvimento social das regiões que estão à margem dos grandes empreendimentos econômicos. Ganha

¹⁸ Das 450 famílias entrevistadas na pesquisa de campo, apenas 11% receberam assistência técnica em algum momento.

¹⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF – é o principal programa de financiamento da agricultura familiar no território e, também, no Brasil. Nos primeiros anos após a sua criação, ele ficou concentrado no Sul do país. Em 1996, foram incluídos no programa os primeiros municípios da Bahia, ampliando-se a sua abrangência a partir de 2000. Entre 2000 e 2005, no estado, o número de contratos cresceu em 148%, e o valor total financiado aumentou em 192%. Com relação ao TIBJ, em 1997, foram inseridos dois dos seus municípios no programa e, em 2001, foram incluídos os demais. Desde então, varia anualmente o número de contratos, o montante de recursos alocados e a média de recursos por contrato. Em 2008, por exemplo, o PRONAF injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 para 2.715 contratos. Isso significa que cada contrato recebeu em média R\$ 3.063,00 e que menos de 10% dos estabelecimentos familiares do território estão inseridos no programa. Considerando os dados da pesquisa de campo, das 450 famílias entrevistadas, 20,8% afirmaram que, em algum momento, fizeram financiamento via PRONAF, e apenas 4 famílias receberam financiamento via outros programas (estaduais). Além disso, das 450 famílias, apenas 11% receberam assistência técnica em algum momento.

²⁰ No coleta de licuri, por exemplo, realizada, em geral, por mulheres e crianças, o preço pago gira em torno de R\$ 2,00 por quilo, que é a produção média diária de uma pessoa.

²¹ Estão incluídos, aqui, por exemplo, o estudo acima citado da SPE/SEPLANTEC (2001) e outro realizado por Abramovay e Favareto. Esses últimos autores argumentam que estaria em desenvolvimento no Brasil “uma combinação virtuosa de transferências sociais aos pobres rurais, especificamente a introdução de aposentadorias rurais (*previdência rural*), com investimentos modestos no desenvolvimento da agricultura orientada ao mercado em pequena escala, crédito rural para a agricultura familiar (PRONAF), junto com alguma diversificação rural e a aplicação de remessas privadas do trabalho migratório” (Abramovay e Favareto

consistência, assim, a tese segundo a qual, para algumas comunidades humanas, “o desenvolvimento não se expressa em termos de ‘produtividade dos fatores’ ou de ‘custos de transações’, mas apenas em termos de renda dos domicílios, de emprego, de desemprego e de pobreza [...]. Mais que o impulso da competitividade, é o da atratividade que aparece hoje como mais significativo para a saúde dos nossos territórios” (Davezies, 2008: 88).

3. A economia pública e as outras economias

Na última década, a economia pública, tendo por base as transferências públicas, cresceu fortemente, constituindo-se, hoje, na principal economia do território, afetando profundamente a vida cotidiana da população. Contribuem, para isso, principalmente, as transferências municipais (constitucionais), os benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões) e o Programa Bolsa Família. É relevante, para este trabalho, a respeito desses “programas” de transferências, não apenas os montantes das transferências, mas, também, os modos como, confrontados e/ou combinados com os dinheiros oriundos da economia da troca capitalista e a produção “gratuita” estruturam a vida das famílias dos agricultores familiares do território e, essencialmente, os seus trajetos, refazendo as suas territorialidades.

A primeira maior fonte de transferências públicas para o território são as Transferências Constitucionais para os Municípios. Em 2007, a receita total dos municípios do território (próprias e transferidas) atingiu R\$ 174.760.237,36. Nesse ano, as receitas de transferências somaram R\$ 162.231.391,62, ou seja, 92,6% do total das receitas desses 14 municípios. Sete anos antes, em 2000, as receitas totais somavam R\$ 74.999.479,17 e as receitas de transferências somavam R\$ 72.800.929,96, isso é, pouco menos de 97,3% de todas as receitas, índice ligeiramente superior ao de 2004, que foi de 96,6%. Isso significa, primeiro, que há um lento crescimento relativo das receitas próprias dos municípios do território comparadas as receitas de transferências; segundo, que, nesses sete anos, as receitas de transferência cresceram em 125%. Com relação às receitas próprias (as rubricas são IPTU, ISS, IRRF e outros), para a maior parte dos municípios do semi-árido, trata-se de algo institucionalizado apenas recentemente e cujo sistema de cobrança é, na maior parte dos casos, bastante precário. É importante ressaltar ainda que, com relação ao destino dessas receitas, o volume maior é destinado para as folhas de pagamento e para as despesas correntes, o que transforma esses municípios nos maiores agentes contratadores de mão de obra assalariada do território. Não é raro ouvir que, nesses municípios, “quem não é aposentado é funcionário público”.

Com relação aos programas de transferência direta de dinheiro, no território, dois são, de longe, os mais importantes: o Benefício de Prestação Continuada - BPC, nas suas diversas modalidades (aposentadorias e pensões) e o Programa Bolsa Família. No questionário que elaboramos para a pesquisa de campo, considerando os diversos

modos usados pela população no território para a designação desses programas, foi (re)introduzida uma nomenclatura ampla. O resultado foi pelo menos surpreendente. Em primeiro lugar, as 448 famílias que responderam ao questionário recebem 1.123 benefícios, uma média de 2,5 benefícios por família. Em segundo lugar, o Programa Bolsa Família somado aos que atualmente foram por ele assimilados, temos um total de 866 benefícios, ou seja, 1,93 benefícios por família²². Em terceiro lugar, é surpreendente o relativamente baixo número de Benefícios de Prestação Continuada no território: apenas 67, ou seja, 0,15 benefícios por família²³.

Com relação aos chamados Benefícios de Prestação Continuada nas suas diversas modalidades, de acordo com dados do “Informe de Previdência Social”, em 2001²⁴, os recursos transferidos pela Previdência Social beneficiavam aproximadamente 47% da população do semi-árido do Nordeste e 78,5% da sua população rural (Sandi e Heringer, 2001). Eles transformavam a região numa espécie de “verdadeira ‘economia sem produção’ (...), uma vez que os beneficiários representam uma transferência direta de renda sem contrapartida de ‘prestação de serviços produtivos’ (...). Em outras palavras, os beneficiários da Previdência não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. E a renda desta ‘economia sem produção’ chega a ser superior àquela gerada pela agropecuária tradicional, não podendo ser subestimada” (Sandi e Heringer, 2001)²⁵. No TIBJ, em 2007, o número de benefícios na forma BPC era de quase 42.000; do total dos beneficiários, 83% eram agricultores (aposentadoria rural); o total de recursos transferidos como BPC nesse ano para o território foi de R\$ 190.677.267,00, ou seja, mais que o total das transferências municipais. Considerando que, nesse ano, em torno de 50.000 famílias residiam no território, a média anual de recursos transferidos para cada família era de R\$ 3.813,00, ou R\$ 317,80 reais por mês.

Com relação ao Programa Bolsa Família²⁶, em janeiro de 2008 havia no TIBJ um total de 35.698 famílias beneficiárias (das 48.142 famílias cadastradas no território), de

²² Esse dado por trazer confusões. Por isso é importante esclarecer que, quando falamos de família, de fato, estamos falando de domicílio, estabelecimento, que, de fato, pode conter mais de uma família. Assim, por exemplo, nos 448 domicílios pesquisados, moravam 2002 pessoas (média de 4,4 pessoas por domicílio). Na agricultura familiar da região, é muito comum um domicílio abrigar mais de uma família.

²³ Aqui, novamente, cabe um esclarecimento: é possível que nesse quesito, a informação tenha sido negada, pois os sujeitos da pesquisa eram famílias beneficiárias do PBF. O medo de perder a Bolsa Família induz a esconder determinadas informações.

²⁴ Ano da promulgação da nova regulamentação da previdência social rural brasileira, pautada nos requisitos da Constituição de 1988; regulamenta, entre outras coisas, o ingresso da mulher no instituto.

²⁵ O termo “economia sem produção” é, evidentemente, inadequado; a transferência de renda se explica, necessariamente, quando inserida em uma totalidade contraditória que é o sistema social de produção de valor. O termo “economia sem produção” tem sentido apenas no âmbito de uma geografia econômica na medida em que se desvincula o território de uma totalidade que, realmente, o faz existir como território.

²⁶ Existe, hoje, uma quantidade relativamente grande de estudos sobre o PBF. Desses, destacamos: 1) **WEISSHEIMER**, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. 2)

modo que em torno de 74% das famílias do território são beneficiárias do PBF. Esse índice é mais elevado entre as famílias de agricultores familiares, podendo atingir mais de 80% das famílias. O montante de recursos do PBF transferido mensalmente para o território é de R\$ 3.170.322,00, o que significou, em 2008, R\$ 38.043.864,00. A média mensal de recursos por família beneficiada era, então, de R\$ 88,80; ou, aproximadamente, R\$ 1.065,00 por ano.

As Transferências Constitucionais Municipais, os BPC e o PBF têm algo em comum: são institutos de transferência pública de dinheiro; a sua presença afeta profundamente, direta (caso do BPC e do PBF) ou indiretamente (Transferências Constitucionais Municipais), a renda da população local, repercutindo na própria dinâmica do mercado local. O volume de recursos dessas transferências, comparado com o do PIB do território, é realmente significativo: em 2007, as transferências desses três segmentos (não são contabilizadas, aqui, as transferências feitas com base em diversos outros programas), somadas, ultrapassaram os R\$ 403.480.000,00; nesse mesmo ano, o PIB do território foi de R\$ 664.250.000,00. Olhando de outro modo, em 2007, o PIB *per capita* do território era de R\$ 3.019,00 (R\$ 251,60 por mês); nesse mesmo ano, no âmbito da economia gratuita, o valor médio anual bruto produzido por estabelecimento agropecuário foi de R\$ 1.101,81 (média de R\$ 91,81 por mês); a média mensal de recursos por família beneficiada pelo PBF era de R\$ 88,80, aproximadamente R\$ 1.065,00 por ano.

DOS USOS DOS DINHEIROS PÚBLICOS E DA PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS

“Que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da acção recíproca dos homens. São os homens livres de escolher esta ou aquela forma social? De modo algum. Considere-se um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e ter-se-á tal forma de comércio e de consumo. Considerem-se certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo e ter-se-á tal forma de constituição social, tal organização da família, das ordens ou das classes, numa palavra, tal sociedade civil. Considere-se tal sociedade civil e ter-se-á tal Estado político, que não é mais do que a expressão oficial da sociedade civil” (Marx, Karl. Cartas. Marx a Pavel V. Annenkov. In. MARX e ENGELS. Obras escolhidas. Tomo I. Lisboa: Ed. Avante; Moscovo: Ed Progresso, 1982. P. 545).

1. A emergência de um novo modelo de transferência pública

Em 1999, Eric Sabourin afirmava que a criação dos “programas especiais de luta contra a seca”²⁷, que colocaram o Estado “nas trilhas das comunidades de base da Igreja Católica”, desencadearam um lento e irresistível processo de substituição dos vínculos sociais de reciprocidade e das estruturas fundadas na ajuda mútua por relações

a série de artigos publicada pelo MDS, principalmente os dois artigos de Filipe Hevia <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>.

²⁷ Sabourin refere-se, aqui, ao POLONORDESTE, criado em 1975, ao Projeto Nordeste, de 1982, e ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), de 1985.

formais, baseada em estruturas “sócio técnicas”, no “diálogo técnico” ou no associativismo rural. Ou seja, desde então, as redes comunitárias ou tradicionais de sociabilidade, fundadas em laços de reciprocidade e numa “economia gratuita”, passaram a conviver com redes de intercâmbio mercantil, baseadas em relações sociais monetarizadas e institucionalizadas: “a integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levaram a sociedade rural nordestina, os sítios e as comunidades a dotar-se de novas estruturas de representação e de cooperação, sem, portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade” (Sabourin, 1999: 5). Era imposto o associativismo/cooperativismo rural. Do ponto de vista do Estado, ele era introduzido com a finalidade de resolver o problema da precariedade jurídica da institucionalidade do “pequeno produtor” e, desse modo, para dar segurança ao sistema financeiro prestador; mas, do ponto de vista do agricultor familiar, era um mecanismo para o acesso ao dinheiro do Estado. O fato é que, rapidamente, o associativismo proliferou no semi-árido nordestino²⁸.

O ingresso desse “primeiro” dinheiro público (POLONORDESTE, Projeto Nordeste, PAPP e, em seguida, os Projetos Padre Cícero e São Vicente) na vida cotidiana dos agricultores familiares da região desencadeou um processo que perturbaria profundamente o seu cotidiano: esse dinheiro “gratuito” era “quase” uma novidade; era dinheiro do “governo” e do “banco” e não dinheiro obtido da venda de força de trabalho (diárias) ou de produtos; para obtê-lo, o agricultor precisava aprender o caminho do banco²⁹; era dinheiro da “associação” e não dinheiro da família; o dinheiro destinava-se a potencializar estruturas produtivas, principalmente via introdução de “inovações” tecnológicas, e o “alívio da pobreza” (Ivo, 2008: 1121). Mais tarde chegou o PRONAF: ele passou a ser transferido para famílias de agricultores e não mais para associações; não é mais dinheiro “gratuito”, mas emprestado, o agricultor terá que pagar. Mas, enfim, por esse meio, o agricultor familiar ingressou no campo do Estado e do banco, tornou-se visível, primeiro, como ser coletivo (associado), de um coletivo formal, não produzido com base em relações de reciprocidade; em seguida, com o PRONAF, o empréstimo é feito pela unidade familiar de produção. Enfim, nasciam novos espaços de encontros/desencontros que forjavam novas rotinas.

²⁸ De acordo com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em 2007, o TIBJ tinha 528 organizações associativas, cooperativas e sindicais rurais (MOC. Plano de Safra Territorial do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe do Estado da Bahia produzido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. In. http://serv-sdt-1.mda.gov.br/sit/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio014.pdf).

²⁹ Ver: Favero, Celso Antonio. *Bengalas e Campos de Tensões: as Organizações Camponesas na Bahia*. UFBA. Dissertação de Mestrado. 1991. No início dos anos 1990, diferentemente do que ocorre hoje, o financiamento da agricultura familiar (pequena produção camponesa) tinha como captadores sujeitos coletivos ou associativos; nesse mesmo tempo, a unidade captadora de financiamentos na agropecuária empresarial era o indivíduo proprietário.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, e, principalmente, após 1991, com a nova regulamentação da previdência social rural, ganhou relevo um instrumento que ganhou grande importância para o “alívio da pobreza” rural no semi-árido brasileiro: os Benefícios de Prestação Continuada, ou seja, as aposentadorias e pensões, primeiro para apenas um dos membros da família, normalmente o homem (a família era percebida como a unidade beneficiária, embora isso não ocorresse no urbano), depois estendido ao cônjuge. O programa – uma novidade rapidamente assimilada na região - terá um grande impacto na redução da pobreza no semi-árido do Nordeste.

Mas, apesar do peso relativo desse instituto de transferência de fundos públicos, foi com o PBF (sem esquecer os diversos programas da mesma modalidade que o precederam) que se introduziu no Brasil uma nova modalidade de presença do Estado na relação com a pobreza. O PBF é, essencialmente: 1) um programa de transferência direta de renda para as famílias beneficiárias; ele resulta de “um esforço deliberado para estabelecer relações diretas com os beneficiários, inibindo a presença de intermediários sociais e governamentais” (Hevia, 2008.1: 5); 2) com esse programa, as relações entre o Estado e os beneficiários são “distantes”, repercutindo “sobre vários aspectos-chaves das relações Sociedade-Estado: a capacidade de controle social, a assimetria do poder e a criação de espaços de discricionariedade que tornam vulnerável o programa em termos de clientelismo político” (Hevia, 2008.2: 19); 3) o beneficiário do programa é o indivíduo – ele está só diante do Estado: influenciados pelas tendências hegemônicas presentes nos debates sobre políticas públicas, os programas que antecederam o PBF, mesmo os de transferências públicas de renda (o “Comunidade Solidária”, por exemplo), tinham como beneficiária uma “categoria social abstrata” e propunham como finalidade o atendimento de “necessidades sociais e coletivas”; 4) o programa estabelece como objetivo, não o “alívio da pobreza”, mas o “alívio do orçamento familiar”, não a produção de valor (de uso ou de troca), mas o consumo. Mas, enfim, ao propor esse novo modelo de programa de políticas públicas, o Estado brasileiro inventa um programa de políticas mais adequado aos novos processos capitalistas de produção de espaços ou de territórios (pluralidade e escalas).

2. Território de Identidade Bacia do Jacuípe: novas sociabilidades e territorialidades

Como o agricultor familiar do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, beneficiário do Programa Bolsa Família, vem se apropriando, usando e simbolizando os dinheiros das transferências públicas, principalmente o dinheiro do PBF? Que deslocamentos são produzidos no território a partir da apropriação e do uso desses dinheiros? Que novas redes de sociabilidade e de territorialidades emergem a partir desses processos? Para responder as perguntas, amparamo-nos, a partir de agora, quase exclusivamente nas informações produzidas ao longo da pesquisa de campo realizada no território. Com essa finalidade, esta parte do trabalho foi organizada em dois momentos: primeiro, tenta-se entender as transformações que vêm sendo operadas nos últimos anos nos

espaços/trajetórias no âmbito das rotinas do cotidiano; em seguida, procura-se conhecer as mudanças que vêm ocorrendo nos espaços/trajetórias que estruturam as redes de sociabilidades no âmbito das comunidades, municípios e região. Recupera-se, para isso, primeiro, a idéia da tensão entre as três modalidades de economia na produção do território, a economia de troca (produção de valor de troca), a economia pública e a economia gratuita (Sabourin, 2009); segundo, a idéia da diversidade interna dos territórios (espaço de encontros e desencontros) e, também, das escalas de territórios. No entanto, o que é mais importante, aqui, é perceber o re-arranjo que se opera nas relações entre essas modalidades de economia, de sociabilidades e de escalas territoriais que se expressam, também, na constituição de novos sistemas de objetos, de ações de atores e de sistemas de representações.

2.1. A (re)estruturação dos territórios domésticos ou das rotinas do cotidiano

Três tipos importantes de deslocamentos ocorrem nos espaços das rotinas diárias ou do cotidiano: a reorganização da casa, a reestruturação dos sistemas/hábitos alimentares e a reestruturação dos lugares/papéis dos indivíduos nesse espaço. Os três âmbitos não são concorrentes, mas combinados. Para essas mudanças, por um lado, há a concorrência de inúmeros fatores (desde os movimentos de populações até as transformações no âmbito institucional e as infra-estruturas disponibilizadas...); mas, entende-se que a criação e a disseminação de programas públicos de transferência de renda, como o PBF, contribuíram mais significativamente para essas mudanças, principalmente na medida em que potencializam a monetarização das relações sociais.

Dos domicílios pesquisados (foram 450), 74,3% têm luz elétrica (20,5% usam luz de querosene), 73,3% possuem aparelhos de televisão (quase todos os que têm luz elétrica têm televisor), 46% possuem geladeira, 33% possuem celular. De acordo com depoimentos obtidos nas rodas de conversas, a maior parte desses bens foi adquirida mediante pagamento em prestações, para o que contribuiu o fato de estar recebendo algum tipo de dinheiro de transferência pública, principalmente o PBF. Além do fato de estar recebendo esse dinheiro, contribui para a compra desses objetos o fato de dispor de energia elétrica. São esses dois os fatores mais importantes na produção desse deslocamento no universo dos objetos que fazem parte da casa dos agricultores. Na longa tradição da região, os sistemas de objetos no interior das casas foram organizados em dois lugares (duas “estações” nos trajetos) principais: a cozinha e a sala. A cozinha – “estação” onde se ficava por longos períodos durante o dia – estava virada para o fogão (à lenha), que era um objeto localmente produzido e símbolo do sistema reprodutivo das famílias³⁰. A nova cozinha é descentrada, combinando o fogão

³⁰ A casa era símbolo da reprodução. Numa das muitas andadas pelo sertão, em determinado momento, estávamos sentados à sombra de uma árvore esperando o início de uma reunião. Indagando sobre onde seria realizada a reunião, ouvi de um homem a seguinte resposta: “aqui na sombra da árvore, pois a casa é lugar de mulher e de criança; essa é uma reunião para homens e homem vive da porta da casa pra fora”.

à lenha com o fogão à gás (constantemente presente nas casas, mas pouco usado em virtude do preço do gás), as prateleiras onde se guarda os alimentos misturam-se com a geladeira, os pratos e as panelas velhas estão juntos com outros novos, assim como as comidas tradicionais e as exóticas. Nesse território continua circulando a mulher, que é tida como a responsável maior pela reprodução da família.

A sala tradicional, por sua vez, era essencialmente voltada para fora, tinha a porta aberta para frente da casa. Nela, em geral, encontrava-se um pequeno altar com algumas velas e estátuas dos santos da família, quadros ou recortes de revistas colados nas paredes e alguns tamboretos, bancos, cadeiras onde as visitas sentavam. A sala era o lugar onde se recebia as visitas: vizinhos, parentes e, principalmente, pessoas estranhas. A nova sala – da luz elétrica – olha para o televisor. As cadeiras e os bancos (o sofá) estão virados para o televisor e não para o altar, que torna a sala a estação mais freqüentada da nova casa. As conversas com vizinhos vêm sendo substituídas pelo “olhar televisão”. A vida social fora de casa (reuniões, rezas...) se subordinam às demandas da televisão (novelas, programas), de modo que sair de casa vem se tornando mais custoso. Na nova casa, mais parecida com uma casa da cidade, a família tende a submeter-se aos seus novos objetos que acabam interferindo na organização da vida rotineira e dos trajetos.

Combinadas com essas mudanças são introduzidas muitas outras, como, por exemplo, com relação aos cardápios e aos hábitos alimentares: produz-se toda uma reorganização dos sistemas de classificação, de consumo e de representação dos alimentos. Uma das queixas mais pronunciadas pelas mulheres participantes de “rodas de conversas” refere-se, por exemplo, à crescente resistência das crianças e dos adolescentes em consumir alimentos tradicionais na região. A própria enunciação do nome de alguns desses alimentos nas rodas de conversas – tais como “bengo” (animal parecido com o sariguê), “fufu” (milho torrado e amassado no pilão) e “rabo seco” (mistura de farinha, pimenta e sal) - era misturada com risos e entremeada de histórias. Pronunciar esses nomes envolvia mistos de constrangimento e de vergonha. Esse tipo de constrangimento aparece, também, quando se compara alimentos produzidos no estabelecimento (em casa) com alimentos comprados nos mercados. A menção de nomes de alimentos oriundos da cidade é feita sem travas. Está em processo, na região, uma dinâmica de reclassificação dos alimentos e de reorganização dos cardápios domésticos.

Com relação às mudanças nos hábitos alimentares, algumas informações produzidas pela pesquisa chamam a atenção: 1) os produtos tradicionais, como o feijão, a farinha de mandioca, o arroz, o feijão de corda e o fubá de milho continuam presentes nas mesas (são consumidos quase todos os dias) em praticamente todos os domicílios pesquisados; 2) produtos até recentemente considerados exóticos, como o pão, o macarrão, os embutidos industrializados, os produtos enlatados e as frutas, como a

maçã e a uva, ingressaram no cardápio das famílias (o pão e o macarrão fazem parte do cardápio semanal de quase todas as famílias; os embutidos e os enlatados, de mais de 50% das famílias; as frutas aparecem em menor escala); 3) quase todas as famílias pesquisadas compram na cidade mais da metade dos produtos de consumo tradicional, mesmo o feijão e a farinha de mandioca (indica a precariedade da produção no próprio estabelecimento). Ou seja, se, por um lado, a pesquisa indicou a existência de uma linha de continuidade (mantém o consumo de produtos tradicionais), por outro, detectou dois pontos fundamentais de deslocamentos: 1) os cardápios combinam produtos tradicionais com novos produtos; 2) mais da metade dos produtos alimentares consumidos são obtidos por meio da compra e não mais da produção direta. Mas, tão importante quanto essas mudanças nos hábitos (no que se coloca na mesa), são aquelas produzidas no contexto das representações sociais sobre os alimentos. Muito provavelmente, a televisão, além dos contatos mais assíduos com a cidade, contribuem para essas mudanças. Mas, sem o dinheiro das transferências públicas, provavelmente, elas seriam mais lentas.

O terceiro tipo de mudanças diz respeito aos lugares dos indivíduos na arrumação da casa (da família) e, portanto, às suas ações e às representações que se produzem a seu respeito. Nesse caso, a contribuição do PBF é mais visível. A mulher é quase sempre a beneficiária direta do programa, que acaba reorganizando profundamente a sua vida e as suas relações com os filhos e o marido: é ela quem recebe o dinheiro (em muitos casos, ela é responsável pela apropriação do maior volume de dinheiro da casa); ela se torna mais ativa nas decisões sobre os sistemas de gastos (uso do dinheiro) da casa; ela assume responsabilidades com relação aos provimentos nos campos da saúde e da educação dos filhos (as condicionalidades do PBF); pelo fato de receber o dinheiro e de retirá-lo do banco, ela acaba ingressando (produzindo) em novas redes sociais e em novos circuitos comerciais. Enfim, ela se torna mais visível na casa.

Essas mudanças nas rotinas da vida começam a interferir nos modos de auto-representação das mulheres, como se notou nos seguintes casos: em Pintadas, antes do início de uma “roda de conversas” envolvendo um grupo de mulheres “beneficiárias” do PBF, uma delas disse o seguinte: “eu disse para o meu marido que tinha uma reunião sobre o ‘Fome Zero’ e que ele devia ficar cuidando das crianças”. Numa comunidade de Quixabeira, também numa “roda de conversas” com “beneficiárias” do PBF, travou-se longo debate sobre as mudanças que vêm acontecendo na rotina das mulheres com a criação do PBF: ela estabelece as prioridades no uso do dinheiro (alimentação, material escolar e roupa), ela anda mais (vai para a cidade pelo menos uma vez por mês), conhece mais gente, precisa saber mais coisas (ter maior volume de informações), faz e paga as compras em feiras, supermercados e farmácias, cuida dos requerimentos nos campos da saúde (PSF) e da educação (escola). Alongou-se e complexificou-se, enfim, o seu trajeto (espaço-tempo)

e alterou-se o seu lugar nos campos da família e da sociedade local, o que a insere em novos sistemas e em novas formas de contradições e de conflitos.

Essas mudanças nas rotinas da vida começam a interferir nos modos de auto-representação das mulheres, como se notou nos seguintes casos: em Pintadas, antes do início de uma “roda de conversas” envolvendo um grupo de mulheres “beneficiárias” do PBF, uma delas disse o seguinte: “eu disse para o meu marido que tinha uma reunião sobre o ‘Fome Zero’ e que ele devia ficar cuidando das crianças”. Numa comunidade de Quixabeira, também numa “roda de conversas” com “beneficiárias” do PBF, travou-se longo debate sobre as mudanças que vêm acontecendo na rotina das mulheres com a criação do PBF: ela estabelece as prioridades no uso do dinheiro (alimentação, material escolar e roupa), ela anda mais (vai para a cidade pelo menos uma vez por mês), conhece mais gente, precisa saber mais coisas (ter maior volume de informações), faz e paga as compras em feiras, supermercados e farmácias, cuida dos requerimentos nos campos da saúde (PSF) e da educação (escola). Ampliou-se e complexificou-se, enfim, o seu trajeto (espaço-tempo) e alterou-se o seu lugar nos campos da família e da sociedade local, o que a insere em novos sistemas e em novas formas de contradições e de conflitos. Ela conserva, no entanto, um pé no local, na tradição, na sua longa vida.

2.2. A (re)estruturação dos territórios amplos (comunidade, município, território)

No âmbito da comunidade, do município e do “território”, da perspectiva da agricultora familiar, neste trabalho são considerados deslocamentos produzidos no interior de três campos: 1) dos vínculos sociais, 2) das estruturas e das dinâmicas das políticas e 3) dos lugares sociais dos membros das famílias. Mas é importante considerar, por um lado, que esses três campos e, também, os espaços do cotidiano fazem parte de uma mesma totalidade; por outro, que essa totalidade é histórica, ou seja, que é constituída em termos de continuidades/descontinuidades no tempo e, também, entre os subespaços. Os inúmeros deslocamentos ocorrem, além disso, em ritmos/formas distintas nas diversas sub-regiões que constituem o TIBJ e, mesmo, na relação entre uma família e outra.

Nos últimos dez anos, nas comunidades rurais do território há uma intensa movimentação da população. A migração de famílias esvaziou uma grande quantidade de comunidades, principalmente as mais distantes das sedes dos municípios. Uma porcentagem relativamente grande de famílias que, antes, viviam isoladas nos seus sítios deslocou-se para vilas e cidades. Mas, ao mesmo tempo, foram criadas novas vilas ou povoações, principalmente nas beiras de estradas, refazendo os mapas locais de povoamento. Conforme dados da pesquisa, das 450 famílias entrevistadas, nos últimos 10 anos, 36,4% mudaram de domicílio. Para essa mudança, dois fatores teriam contribuído de maneira decisiva: a insegurança (medo de assaltos e de “ladroagem”) e

a busca de acesso a “oportunidades de trabalho” (nas entrevistas e rodas de conversa não foram mencionados como indicativos da mudança o acesso à saúde e à educação).

No semi-árido do Nordeste, tradicionalmente, os agricultores familiares se agruparam em comunidades que, principalmente após 1970, foram tornadas em comunidades eclesiais. Mais recentemente, na década de 1970, eles criaram Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a finalidade (principalmente) de mediar as suas relações com o FUNRURAL para o acesso a benefícios de saúde e aposentadoria; como desdobramento, nos anos 1980, novamente induzidos pelo Estado, para o acesso a benefícios de programas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza, transformaram comunidades em associações comunitárias. Com os sindicatos, o vínculo estabelecido com o Estado tinha caráter eminentemente “assistencialista” e o beneficiário direto era a família do agricultor; com as associações, o vínculo adquire caráter “desenvolvimentista” (produção de riquezas) e o beneficiário direto é uma organização (um ente abstrato). Nos dois casos, se, do ponto de vista do Estado foram instituídas políticas públicas que tinham na “transferência” de bens, renda ou serviços a sua expressão mais evidente, do ponto de vista do homem comum da terra, as instituições formais tiveram que ser assimiladas e, em muitos casos, substituíram relações sociais de reciprocidade. Mas, com isso, o Estado, na sua nova forma (como Estado desenvolvimentista), tornou-se onipresente na região.

Como resultado desses processos, atualmente, no Território Bacia do Jacuípe, 1) as comunidades rurais perderam parte significativa dos seus moradores e assistem a chegada de algumas outras famílias; 2) todos os municípios se tornaram sedes de sindicatos e, atualmente, são raras as comunidades rurais que não têm associações formalizadas (o território tem em torno de 528 associações comunitárias e/ou de produtores registradas); 3) nas representações e nas práticas das populações locais, os sindicatos e as associações se mantêm fiéis às tradições que os constituíram: são meios para a obtenção de “benefícios” do Estado³¹; 4) essas organizações representam o acesso a uma institucionalidade que, entre outras coisas, reorganiza o cotidiano das famílias, alonga os seus trajetos e expande as fronteiras dos seus territórios, integrando-os no quadro do “diálogo sócio-técnico” (Sabourin, 1999), que se contrapõe, reorganiza e ressignifica, não extinguindo, as tradicionais relações de reciprocidade. Os agricultores apropriam-se e passam a usar sindicatos, associações, programas, agentes e órgãos do Estado, bancos e dinheiro do Estado/Banco³² em seu benefício. O “alívio da pobreza” era o alibi.

³¹ Atualmente, nos Sindicato de Trabalhadores Rurais do território, raramente aparecem outras demandas que não a assistência média ou previdenciária; a maioria das associações, por seu turno, só consegue reunir os associados “quando anuncia distribuição de dinheiro”.

³² Durante o processo de pesquisa, numa pequena cidade ouvimos de um agente da prefeitura a seguinte consideração: “aqui, quem não é aposentado é funcionário público”.

Com a instituição do PBF, opera-se, no território, a partir da agricultura familiar, outro deslocamento não menos significativo: a reestruturação do campo e da dinâmica da política. As características do programa (relações “diretas” e “distantes” entre o Estado e os beneficiários, a focalização no indivíduo e o fato de focar o consumo) e, principalmente, a expressão massiva que ele assume (atinge mais de 80% das famílias de agricultores familiares do território), outorgam ao mesmo uma enorme capacidade na reorganização do campo da política. O PBF significa, essencialmente, para os beneficiários, a possibilidade de apropriação e de uso de um determinado dinheiro que lhe chega de um modo quase mágico. Ele carrega consigo, ao mesmo tempo, um misto de confiança e medo: “Deus no céu, Lula na terra” foi uma das expressões mais repetidas nas “rodas de conversas”³³. A relação direta (Lula e o beneficiário), distante (Brasília e o beneficiário), é uma relação de confiança, que, em últimas instâncias, traveste uma relação institucional em relação de reciprocidade, uma relação distante numa relação de proximidade. A relação do beneficiário com o programa (institucional) é, também, uma relação de medo, o medo de o dinheiro não aparecer. O medo está muito presente, aparece como algo muito difuso (a perda do vínculo com Lula), mas é, também, muito concreto, encarnado, em geral, em agentes do “poder local” (prefeitura, escola), agentes conhecidos e que seriam movidos (eles acreditam) por interesses contrários aos deles. Estaria em processo, assim, no semi-árido brasileiro, a produção de um dos mais profundos deslocamentos que se conheceu no campo das representações sociais (pelo homem simples) da política: o que era distante se torna próximo (confiança), o que era próximo se distancia (medo).

Finalmente, nesse mesmo processo, alteram-se os lugares e os trajetos dos membros das famílias de agricultores na estruturação dos territórios sociais mais amplos. Para isso contribuíram, por um lado, o fato de o PBF ter como “beneficiário” direto, em geral, a mulher, e, por outro lado, a disseminação de instituições públicas prestadoras de serviços e de infra-estruturas nas áreas de comunicação e transporte. São fatores que contribuem, por exemplo, para que 33% das famílias tenham aparelhos celulares (mesmo se não usam, pois não têm acesso a sinal) e 23,8% tenham motocicletas. Em 12,9% das famílias entrevistadas, a motocicleta tornou-se o principal meio para o deslocamento para a cidade e apenas 0,9% das famílias afirmam que continuam utilizando o lombo do animal para esses deslocamentos. Em todas as comunidades pesquisadas foi constatada a existência de meios de transporte (públicos ou privados) compreendendo ônibus e vans, o que exigiu investimentos das prefeituras para a melhoria das estradas rurais. Além disso, quase todas as comunidades foram dotadas de serviços educacionais (escolas rurais) e de saúde (postos). Nesse novo quadro, além do trabalho da casa, que inclui o trabalho da roça, coube à mulher as tarefas de cuidar da saúde (dela e dos filhos) e da educação (dos filhos) e, também, de buscar o dinheiro

³³ Um agricultor, enquanto aguardava abrir a porta da sede do sindicato, perguntava: “o que vai acontecer quando Lula deixar a presidência?”

do PBF e de utilizá-lo (mercado), ao homem coube buscar dinheiro vendendo diárias. Alteram-se e ampliam-se, portanto, os trajetos de todos os membros da casa que se utilizam, para isso, das novas infra-estruturas disponibilizadas; essas mudanças serão fundamentais para o estabelecimento de novos vínculos e para a construção de novas redes de sociabilidade. Mas, aparentemente, foi a mulher que teve o território mais profundamente alterado.

Inserido nessa realidade onde se cruzam relações de institucionalidade/reciprocidade e as economias da troca (capitalista), pública e gratuita, e onde o dinheiro, principalmente o dinheiro da economia pública, se torna o elemento definidor das relações e das dinâmicas sociais, o homem comum do território, figurado no agricultor familiar “beneficiário” do PBF, está reinventando o seu cotidiano, os seus sistemas de sociabilidade e os seus trajetos e territórios de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos espaços-tempos dos agricultores familiares do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a rotina cotidiana vem sendo atualmente marcada pelo encontro/desencontro entre a precariedade – dos sistemas de produção, de direitos/segurança cidadã, de consumo - e a relativa grandiosidade - dos programas de transferência pública de renda -, ou pelas relações entre sistemas tradicionais de sociabilidade, pautados por relações de reciprocidade, e sistemas modernos, formais, institucionalizados, marcados principalmente pelo ingresso, apropriação e uso de dinheiro, na sua forma de dinheiro público. A vida rotina se esboça, localiza e escorre exatamente nesse espaço-tempo tenso, meio híbrido, de encontros e desencontros, de continuidades e descontinuidades nos seus sistemas de objetos (a produção e a disposição de objetos), de ações e de representações: 1) a região continua marcada pela pobreza e pela exclusão e, conseqüentemente, pelo encontro/desencontro entre três sistemas de sociabilidade, a da indistinção ou da universalidade (todos fazemos parte desse universo gerido pelo dinheiro), a da distinção (a dos vários dinheiros) e a da precariedade e da exclusão; 2) no contexto amplo das relações com outros territórios, o lugar do Território de Identidade Bacia do Jacuípe se define é o de território beneficiário na distribuição pública de renda; 3) com a crescente apropriação de dinheiro dessas transferências pelos agricultores familiares e, especificamente, pelas mulheres, alteram-se as posições e as disposições dos diversos atores nas famílias, nos municípios, na agricultora familiar e no próprio território; 4) o território é um campo profundamente marcado pelo encontro/desencontro entre uma sociabilidade fundada em relações de reciprocidade e outras constituídas em termos formais ou institucionais que, entre outras coisas, alongam e tornam mais complexos os trajetos dos atores sociais; 5) em síntese, o território vem ingressando na modernidade

capitalista não pelo circuito da produção, mas da redistribuição, dando origem a uma nova ordem econômica, política e social.

Esses deslocamentos repercutem, também, sobre o lugar das escalas dos trajetos dos atores no território e, nele, sobre os sistemas de objetos, de ações e de representações. O dinheiro, originado não da produção local, mas de transferências públicas de renda, e, principalmente, os modos como esse dinheiro vem sendo apropriado pelas famílias no território, constitui-se no fator determinante dessas mudanças. Os agricultores familiares beneficiários do PBF, ao apropriarem-se e usarem o dinheiro dessas transferências, asseguram a produção de novas redes de sociabilidade fundadas na troca e na circulação do dinheiro, produzindo e naturalizando novos sistemas de objetos, de ações, de relações e de representações sociais. Mas, ao mesmo tempo, conservam e reproduzem tradições, objetos, relações, ações. Essa relação entre as motivações imediatas e os seus resultados é característica do encontro/desencontro de atores, de motivações, de ações e, enfim, de um novo espaço-tempo. O PBF revela, portanto, entre outras coisas, um desencontro entre os que uns (beneficiários) precisam e o que outros (Estado) querem.

Essas novas discontinuidades e continuidades revelam, enfim, a emergência de uma nova vida cotidiana, de novas rotinas, de novos estilos e formas de conduta familiares, que reificam um novo espaço-tempo e, nele, os trajetos dos atores que produzem, assimilam e naturalizam novas instituições que alongam o seu trajeto, o alcance dos seus corpos, o espaço das suas atividades e de suas representações sociais. Esse novo cotidiano, por um lado, assimila e produz novos projetos individuais e coletivos, novos espaços-tempo, novos territórios, com novas escalas, requerendo dos atores o exercício de uma permanente readaptação; por outro, ele transforma sujeitos ativos em consumidores passivos, cidadãos produtores em cidadãos consumidores, criatividade em anomia.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Território, localismo e política de escalas. In. **ACSELRAD**, Henri et al. Cidade, ambiente e política. Problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e **CARNEIRO**, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. In. Opinião Pública, Vol. 9, n. 1, Campinas, maio de 2003.

DAVEZIES, Laurent. La République et ses Territoires. La circulation invisible des richesses. Paris: Seuil, 2008.

FAVERO, Celso Antonio et al., Redução da pobreza: revisão crítica da situação e desafios para o próximo século. In. **WINROCK INTERNACIONAL**. Pobreza rural no Nordeste do Brasil. Um estudo participativo. Salvador: Casa da qualidade editora, 2000. P. 23-46.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 n. 16, jun. 2005. Buenos Aires, CLACSO: 2005. In: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. 2ª Ed. Recife: SUDENE, 1967

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. A constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARTMAN, Robert. Introdução. In. **HEGEL**, Georg Wilhelm Friedrich. A razão na história. Uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2001.

HEVIA, Filipe. Relaciones lejanas. Cantidad y calidad de información que poseen los beneficiarios sobre el programa Bolsa Familia. Brasília: MDS, 2008.2 In. <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>.

HEVIA, Filipe. ¿Relaciones directas o mediadas? Participación ciudadana y control social en el programa Bolsa Familia. Brasília: MDS, 2008.1 In. <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>.

IVO, Anete. Políticas sociais, pobreza e trabalho: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. In. Bahia Análise e Dados, Políticas sociais – a Constituição de 1988 preconiza, em termos de modelo, políticas universalistas.

JOBERT, Bruno. Estado, Sociedad, Políticas Públicas. 1ª Ed., Santiago (Chile): LOM Ediciones, 2004.

KANT, Immanuel. Fundamentos da metafísica dos costumes e outros escritos. São Paulo: Martin Claret, 2004

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – Grundrisse - 1857-1858. 14ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

MARX, Karl. Cuadernos de París: notas de lectura de 1844. 2ª. ed. México: Era, 1980.

MARX, Karl e **ENGELS**, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In. Marx e Engels. Obras Escolhidas. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, Moscovo: Edições Progresso, 1982. P. 106-136.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. Desenvolvimento territorial no semi-árido baiano: qual estratégia? In. BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.18, n.2, p.193-199, jul./set. 2008. P. 223-237.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento e território na Bahia. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2003.

SABOURIN, Eric. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido. Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER, Agosto de 1999, Foz do Iguaçu, Paraná.

SABOURIN, Eric. Camponeses no Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDI, Ricardo Dinarte e **HERINGER**, Luiz Pécio. A Previdência Social nos municípios do Semi-árido Brasileiro. In Informe de Previdência Social, Agosto 2001. Vol. 13, n. 8.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In. Geografia. Ano I - Nº. 1 - Jan. - Jun. 1999. P. 8-9

SANTOS, Boaventura Sousa. Pela mão de Alice. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000). Série estudos e pesquisas, 79. Salvador: SEI, 2008.

SPE/SEPLANTEC. A Espacialização do Desenvolvimento Social no Território Baiano. Série Políticas Públicas, Nº 2. Salvador, SPE/SEPLANTEC, 2001.